fora da respectiva sede, o requerente, tacitamente, manifestou vontade de desvincular-se do serviço ativo naquela mesma situação, desobrigando a Administração, por via de consequência, de custear-lhe as despesas de viagem e instalação na antiga sede.

7. Com efeito, depois de aposentado, a pedido, o servidor, a volta do mesmo à localidade em que se encontra sediado o antigo órgão de lotação já não se processaria por conveniência da Administração, mas no interesse exclusivo do próprio inativo. Essa circunstância impõe o enquadramento da hipótese no mesmo princípio constante dos arts. 131, item III, e 133, item II, do Estatuto dos Funcionários, verbis:

"Art. 131. Não se concederá ajuda de custo:

III — Quando transferido ou removido a pedido.

...................

Art. 133. O funcionário restituirá a ajuda de custo;

...................

II — Quando, antes de terminada a incumbência, regressar, pedir exoneração ou abandonar o serviço”.

8. À vista do exposto, entende esta D.P. não ser cabível o deferimento do pedido, por falta de amparo legal.


Em 14 de setembro de 1959. — Valério dos Santos, Diretor.


FUNCIONÁRIO PÚBLICO — PODER DISCIPLINAR — COMISSÕES DE INQUÉRITO

— O superior hierárquico tem amplo poder para determinar e apreciar a falta disciplinar.

— Há, no entanto, uma tendência doutrinária a prestigiar o trabalho das comissões de inquérito.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

PROCESSO P. R. N.º 8.795-59

PARECER

I — No Ministério da Agricultura instaurou-se processo administrativo para apurar responsabilidade de funcionários daquela Secretaria de Estado pela importação irregular de mudas de oliveira, reputada ruinosa para os cofres públicos, efetuada em 1956.

Para a Comissão de Inquérito, houve prejuízo de cerca de 20 milhões de cruzeiros na importação referida, feita sem as cautelas necessárias.

Na verdade, Joaquim Alfredo da Silva Tavares, que processou a importação, na qualidade de Chefe do Gabinete do então Ministro da Agricultura, apesar de parente e amigo de Jorge de Sousa Mascarenhas, principal intermediário no negócio (fls. 162 e 212 do II volume), e de ser também credor de Cr$ 1.000.000,00 da firma encarregada da importação (fls. 347 ao II volume), despachou “de ordem” a aceitação da proposta da firma importadora, submetendo, posteriormente, seu despacho à deliberação do Ministro (fls. 19 v., in fine, do anexo n.º 2), que aprovava, de próprio punho, a operação (fls. 63, in fine, do Anexo 2). Essa importação, anteriormente, levada ao Ministério, sob o patrocínio de várias pessoas, inclusive, de Tavares, como consta do processo, fracassaria, por ter sido considerada inviável e inconveniente, mas, o fato é que prosperou quando aquêle alto funcionário assumira, naquela Secretaria de Estado, a função de Chefe de Gabinete do Ministro.

O outro acusado, Luís Rocha de Alencar, na época Diretor da Divisão do Fomento da Produção Vegetal do Departamento Nacional de Produção Vegetal, emitiu, no exercício desse cargo, relevante parecer técnico em prol da importação, programou, a sua forma, de certa maneira, para o aproveitamento das mudas de oliveira (fls. 14 usque 19 do Anexo n.º 2), deixando-se influenciar pelo Chefe de Gabinete, contribuindo para aquela operação, além do que, pelas altas funções, que exercia, não poderia ignorar que a mesma seria pro-veitosa para particulares, mas, definitivamente ruinosa, como o foi, para os cofres públicos e para a sua repartição de fomento da produção vegetal.

A Comissão de Inquérito, como se disse, apreciando a conduta desses servidores, no caso, propôs se lhes aplicase a pena de suspensão por 90 dias.


De acordo com essa conclusão, apresentou o eminente titular da pasta da Agricultura, ao Chefe do Governo, o expediente de estilo para aplicação das penalidades propostas por aquêle eminente órgão administrativo, dignando-se S. Excia. de tomar, a respeito, o parecer desta Consultoria-Geral da República.

II — É princípio corrente, em direito administrativo, que a apreciação da responsabilidade disciplinar com o correspondente poder corretivo, cabe, precisamente, à autoridade administrativa superior.

Como escrevem Duez et Debeyre, o superior hierárquico tem um largo poder discricionário para determinar e apreciar a falta disciplinar, como reconhecem os tribunais, encarregados do controle jurisdicional das respectivas decisões. "Le supérieur hiérarchique possède un large pouvoir discrétionnaire pour déterminer et apprécier la faute disciplinaire (Traité de Droit Administratif, 1952, n.º 927, pág. 667).

É verdade que tais autoridades não estão sujeitas às conclusões das comissões de inquérito, — ils ont de larges pouvoir d'appréciation — a tendência, todavia, é para prestigiar, é para acolher tais conclusões.

Na França, informa Waline que se a autoridade administrativa aplica uma sanção mais grave do que a proposta pela comissão de inquérito, o acusado pode recorrer para o Conselho Superior da Função Pública, organismo único para todo o país e que tem, assim, poder de instância de apelação. É certo que, ainda aqui, a conclusão desse Conselho não é terminante, definitiva para a autoridade administrativa — ne tie
l'autorité compétente pour prononcer la sanction — a qual deve, contudo, fundamentar sua decisão divergente, no caso de aplicar pena mais grave. adverta, no entanto, o clássico tratadista que a autoridade administrativa, em face da agitação dos sindicatos de classe em favor dos acusados, raramente ousa pronunciar uma sanção mais forte do que a proposta pelas comissões administrativas paritárias. mas, en fait, il est très rare que l'autorité administrative se prononce une sanction plus forte que celle proposée par la Commission Administratif paritaire parce que l'administration craint une agitation syndicale dans ses services (Marcel Wa- line, Droit Administratif, última edição, 7.ª edição, 1.957, n.º 1.433, pág. 771).

Ocorre que, para certa classe de servidores, os inamovíveis, o pronunciamento do Conselho de Disciplina constitui verdadeira jurisdição disciplinar, que obriga o próprio Ministro, segundo Laubadère: "Pour certains fonctionnaire, l'organisation qui joue le rôle de conseil de discipline constitue une véritable juridiction disciplinaire en ce sens que ses décisions s'imposent au ministre charge de prononcer la sanction disciplinaire (André de Laubadère, Droit Administratif, 1.953, n.º 1.576, pág. 709).

Além disso, há, ainda, posteriormente, na França, o recurso, ao Conselho de Estado, sous la forme du recours pour excès de pouvoir, na expressão do citado tratadista. examina-se, com efeito, naquele país, no Conselho de Estado, o recurso sob aspectos vários, sob o vínculo de forma, de inobservância de formalidades essenciais do processo, interessando, sobretudo, a defesa, bem como a conformidade da sanção com as provas colhidas, a aplicação da teoria do détournement de pouvoir a teoria do desvio do poder (Laubadère, ob. cit., n.º 1.380, pág. 711).

O Conselho, no entanto, se recusa a corrigir a sanção disciplinar sob alegação de que a mesma não fora proporcional à gravidade da falta, conforme atestam Cassin et Waline: "Dans même ordre d'idées, il n'examine, pas si une sanction disciplinaire est proportionnée à la gravité de la faute" — Conseil d'Etat 11 juillet 1.952 (Cassin et Waline, Les grands Arrêts de la Jurisprudence Administrative, 1.956, pág. 109 e 251).

É o mesmo que testifica Laubadère, depois de acentuar que o Conselho de Estado anula a sanção quando o fato inexistente ou quando a falta juridicamente não se constitui. Toutefois, conclui o ilustre publicista, le Conseil d'Etat ne se reconnaît pas le droit d'apprecier si la sanction prononcée n'était pas excessive par rapport à la gravité de la faute commise; il considérer qu'il pénètre — là sur le terrain du contrôle de l'opportunité (ob. cit., pág. 711).

Registre-se que, entre nós, porque não temos o contencioso administrativo, examina o Poder Judiciário, nas ações de nulidade dos atos disciplinares, a prova dos inquéritos administrativos para verificar se a falta resultou provada do processo instaurado. A jurisprudência, após perplexidades, se orienta nesse sentido, embora cautelosamente, ficando, em caso de dúvida, com a autoridade administrativa (Ac. do Sup. Trib. Fed., Revista de Direito Administrativo, vol. 3.ª, pág. 69), com aplausos de autorizados juristas e publicistas como o Prof. Vitor Nunes Leal (Revista de Direito Administrativo, vol. 3.ª, pág. 170, e o saudoso Aníbal de Melo Couto (Rev. cit., pág. 509). Leia-se, a propósito, Seabra Fagundes (O Controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário, 3.ª edição, 1.957, págs. 176 e segs.).

Mas, como dizíamos, o direito administrativo se inclina, como se viu, para prestigiar as conclusões das comissões de inquérito.

Na Itália, para citar um país que é, juntamente com a Alemanha e a França, onde mais se estuda o direito administrativo, assumem prestígio incontrolável as propostas das comissões administrativas encarregadas de apurar as faltas dos servidores públicos. Não obs-
tante sua eficácia exclusividade opinativa, do ponto de vista jurídico, é, contudo, pacífico, naquele país, que ao Ministro, se é verdade que se lhe reconhece o poder de minorar a pena proposta, não pode, contudo, como é pacífico, aplicar pena mais grave. É o que atesta Zanobini:

L’atto della commissione ha in ogni caso efficacia esclusivamente consultiva; tuttavia è opinione pacifica che il ministro, pur potendo applicare con decreto motivato una sanzione minore di quella proposta, non possa applicarne una più grave (Dir. Ammin., III, pág. 157, 1946, n.º 10).

E, a seu turno, discursa Gino Vitta, em face da proposta de reforma do estatuto dos funcionários, que, nos inquéritos administrativos, inúmeros preceitos são inspirados no princípio de garantir o seu bom funcionamento, bem como redigidos para a plena garantia da defesa dos acusados, sob pena de nulidade dos inquéritos, averiguando, ao concluir, que o julgamento do ministro deve conformar-se com a proposta da Comissão, a qual adquire, assim, autoridade vinculante: Il provvedimento del ministro deve ora conformarsi alla proposta della commissione; questa acquisita così piena efficacia vincolante (Diritto Amministrativo, II, 1955, n.º 38, pág. 313).

Há, como se vê, uma tendência doutrinária para prestigiar o trabalho das comissões de inquérito.

Em nosso direito, a autoridade que determina a abertura do processo é que o julga (Estatuto dos Funcionários, art. 229), salvo quando a Comissão propõe pena que excede a algada dessa mesma autoridade (Est. dos Funcionários, art. 227, parágrafo único; Parecer desta Consultoria-Geral n.º 458-Z, de 30 de julho de 1958, aprovado pelo Ministro da Justiça). O Presidente da República, em caso de proposta de pena de demissão, julgará o processo, aplicando a pena proposta, ou determinando que se aplique a que lhe parecer cabível. O Ministro de Estado, quando a autoridade que determina a abertura do inquérito lhe é subordinada, pode, se a Comissão de Inquérito não propôe a pena de demissão, no uso do poder hierárquico, aplicar a pena de suspensão ou absolver o acusado.

Na hipótese, a Comissão de Inquérito foi constituída de competentes servidores, presidida por categorizado funcionário, Dr. Valdir dos Santos, atualmente Diretor da Divisão do Pessoal do DASP, parecendo à Consultoria-Geral da República, examinando minuciosamente o processo, que fora irremissível a condução do inquérito, sensata a apreciação das provas e razoável a proposta de aplicação das penas.

O parecer, pois, desta Consultoria, é que sejam aprovadas as conclusões da citada Comissão, impondo o Exmo. Sr. Ministro da Agricultura as penas de suspensão propostas.

Salvo melhor juízo.

**FUNCIONÁRIO PÚBLICO — FALTA DISCIPLINAR — PRESCRIÇÃO**

— Conta-se da data em que passar à inatividade o prazo de prescrição de falta disciplinar anterior.

**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO**

**PROCESSO N.º 5.933-58**

Trata este processo de inquérito administrativo instaurado no Ministério da Educação e Cultura, para apurar responsabilidades funcionais pela falsificação de diplomas de cursos superiores, em face de denúncia apresentada